

Editorial

O Edital 2019-1 propôs como tema “ampliar o debate sobre as realidades concretas em que arquitetas, arquitetos e urbanistas vêm trabalhando para transformar os territórios urbanos precários em lugares melhores para se viver, inclusivos, acessíveis, sustentáveis e, acima de tudo, humanos, este número da revista convida a refletir sobre as pautas que as ciências da Arquitetura e do Urbanismo têm a propor para os planos de governo de candidatas e candidatos, para a formulação de políticas públicas e para a construção de agendas locais e mundiais de desenvolvimento”. E questionava, “como reconhecer, analisar, sistematizar e dar a devida visibilidade aos conhecimentos de projeto e construção que vêm sendo desenvolvidos na prática, e pela prática de trabalho nas comunidades e com as comunidades, de modo a que elas assumam o papel relevante que precisam ter nas pautas e agendas políticas, locais e internacionais?” Em resposta à temática proposta e a estes questionamentos, o número de 2019-1, que ora se publica, apresenta uma colaboração a raciocínios que agregam ações alternativas e posturas inclusivas. Seja uma fala a partir do lugar da iniciativa autônoma que se formaliza no fazer, congregada pelas colaborações coletivas e as ações insurgentes advindas de apropriações e da experiência do cotidiano. Seja uma crítica desde o ambiente das iniciativas formais, institucionalizadas e provenientes de discursos e ações de um saber erudito e técnico.

I

A fala, desde o lugar da iniciativa autônoma, revela uma posição crítica, inovadora e ética, frente às conjunturas impostas por um momento histórico alienado das questões intrínsecas à experiência urbana. A potência de uma cultura cotidiana de associação e participação solidária se associa ao mapeamento da cidade “real”, em tempo e espaço, e a questões socioculturais e políticas intrínsecas às formas de vida. As trocas visíveis nos ambientes comuns da equação da

vida cotidiana expressam rupturas com os padrões massificados (ARANTES, 2009, p. 106)¹, problematizando e permitindo revisar a tradição interpretativa que separa o culto, o popular e o “massivo” (CANCLINI, 2006)².

O projeto do arquiteto e do urbanista, ao comprometer-se com o contemporâneo, se alinha a essas premissas e situa-se dentro de uma linhagem que atribui um papel central para a própria situação humana em seus modos de expressividade, de tal forma que o mesmo possa revelar e apoiar o sentido do vivido em seus contextos de existência (VILLAC *et al.*, 2018)³.

O texto **“Alternativas del urbanismo bottom-up en contextos precarios latinoamericanos: Política, arquitectura y apropiación para la producción social del hábitat y la vivienda en Lima, Perú”** abre esta seção e apresenta conjuntos de habitação social, projetados segundo o modelo europeu de Cidade Jardim, que foram adaptados pelos moradores, segundo suas necessidades. E se posiciona «Frente a las políticas que excluyen y no enfrentan situaciones urbanas de pobreza en los territorios precarios latinoamericanos», para «formular algunas pautas desde el urbanismo y la arquitectura para orientar políticas públicas de vivienda en masa en el caso peruano, específicamente en Lima».

“Os invisíveis portadores de futuro” «analisa casos de ocupação informal, com matriz tradicional localizados na Região Metropolitana de Belém (PA)», de forma a «ampliar a compreensão do papel das comunidades tradicionais inseridas em contexto urbano e periurbano, [...] e destacar seu potencial de contribuição para a realização de uma agenda global de construção de políticas públicas mais inclusivas e plurais seguindo as propostas da Agenda 2030 (ONU, 2015)».

“O Campo Urbano” traz uma análise sobre «o surgimento da biopolítica moderna no século XX, por meio da separação do humanitário e do político e comenta como a segregação na cidade foi se configurando, até o surgimento do campo como nómos espacial contemporâneo». Propõe que o sentido de coexistência na urbe seja reconhecer esta complexidade do apartheid urbano que foi se configurando, desde sua origem histórica com a divisão da urbe em espaços ‘dentro e fora das muralhas’.

1 ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARI-CATO, E. (org.). 5. ed. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

2 CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.

3 VILLAC, M. I. *et al. Relatório de Pesquisa “Culturas e cidade: teoria e projeto”*, Ago2018. Fomento MackPesquisa Edital fev2016 a jan2017; CNPq - Chamada CNPq/ MCTI N° 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas - dez2015 a ago2018.

No final, o texto chama a atenção para a responsabilidade dos arquitetos como agentes de mudanças de paradigmas espaciais e espacialidades para «a busca de uma política que seja forte e inteligente o suficiente para promover o acolhimento e coexistência entre diferentes».

“Micropolíticas LGBT no espaço urbano de Uberlândia - MG” tece um relato «a partir da observação participante e revisão bibliográfica sobre as naturezas de apropriações e subversões espaciais de pessoas LGBT no território urbano de Uberlândia, MG na contemporaneidade». Também DISCUTE O VALOR dessas micropolíticas, que subvertem os espaços neutros, PARA QUE «arquitetos e urbanistas se destituam da falácia do discurso neutro e apolítico de projeto e entendam o espaço urbano como diverso e plural».

“Dinâmica do Movimento de pessoas e copresença: passagens e permanências” explica como a dinâmica espacial do movimento de pessoas aponta «possibilidades de incrementar esse aspecto da vida social urbana». Para tal, apresenta alguns aspectos teóricos «sobre a relação entre espaços e usos, que abarca as conexões físicas duais, de passagens e permanências, entre os domínios públicos e privados do sistema configuracional urbano, ou seja, as gradações de interfaces espaciais estabelecidas entre as edificações e o espaço aberto público».

II

No plano dos estudos voltados à cidade formal, três artigos abrangem, respectivamente, a esfera da elaboração de Planos Territoriais Metropolitanos, a avaliação e proposição de melhoria das condições ambientais de cidades com baixo índice de vegetação e a Avaliação Pós-Ocupação de um conjunto residencial promovido pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Nos três casos os resultados de pesquisa e reflexões representam insumos para repensar políticas públicas de planejamento e ação.

No primeiro artigo, **“Planos Territoriais Metropolitanos: governança, consenso e colaboração”**, é proposto o reconhecimento de fatores que, em uma estrutura de governança interfederativa, ou seja, que transcenda os limites dos municípios, podem contribuir para o êxito de planos territoriais metropolitanos. Três passos são destacados neste sentido: a interdependência dos participantes, a estrutura de incentivos oferecida e a representatividade adequada de cada ator no processo. Neste contexto, a disposição das várias partes em trabalhar de forma

articulada desponta como fator determinante.

No artigo seguinte, **“As Superfícies Vegetadas como Alternativa para Cidades Resilientes”**, são relatados os resultados de um estudo realizado em um trecho da cidade de Vitória (ES), por meio do software ENVI-met, que compara o desempenho da implantação de vegetação em paredes e em telhados, em áreas urbanas densas e de calçadas inadequadas para receber arborização, apontando para um desempenho melhor das superfícies verticais, no que se refere ao aumento da umidade relativa do ar, temperatura e índice PMV.

Por fim, o trabalho **“Avaliação Pós-Ocupação em uma Cidade Média Catarinense: percepções sobre satisfação e necessidades dos usuários”**, discute os resultados de pesquisa realizada em um conjunto habitacional de baixa renda, construído no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, na cidade de Chapecó (SC), com vistas a avaliar o desempenho funcional dos edifícios, bem como a apropriação e níveis de satisfação das famílias que os ocupam. Por meio de instrumentos quantitativos e qualitativos de Avaliação Pós-Ocupação, ficou constatado o baixo desempenho destas moradias, tanto no que se refere a aspectos funcionais e de dimensões, quanto no que se refere às particularidades daquela comunidade.

Ana Gabriela Godinho Lima
Maria Isabel Villac